



Assembleia Municipal de Azambuja

APROVADO

Em reunião de 28 / 02 / 2023

Com: Unanimidade

-----votos a favor-----

-----votos contra-----

-----abstenção-----

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
REALIZADA NO DIA 17 DE OUTUBRO DE 2022

I – ABERTURA -----

----- Aos dezassete dias do mês de outubro de dois mil e vinte e dois, pelas vinte horas e vinte minutos reuniu a Assembleia Municipal de Azambuja, no Salão dos Bombeiros Voluntários de Azambuja, na freguesia de Azambuja, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

----- Ponto 1 – Debate sobre o Estado do Município -----

II – PRESENÇAS -----

----- Mesa da Assembleia: -----

----- **Presidente** – Vera Lúcia Raimundo Braz dos Santos -----

----- **Primeiro Secretário** – Armando Jorge Adrião Calixto -----

----- **Segundo Secretário** – Maria Fernanda Simões Ferreira Fernandes Fidalgo -----

----- Membros da Assembleia Municipal: -----

----- Encontravam-se presentes os membros senhores Alexandre José Gomes Grazina, António Almeida Lopes Pito em substituição de Firmino Miguel Santos Amendoeira, António Rodrigues Torrão, Carlos Alberto Cláudio Pires, Carlos Alberto Rafael da Fonte, Cláudia Helena Domingos Gomes, Cláudio André Serrano Horta Salema, David José Pinto Mendes, Elisete Maria Vitorino Rodrigues, Francisco António Galvão Morgado, Gonçalo Luís Mesquita Ferreira, Gustavo Bruno Borda de Água, Horácio Gomes Ribeiro, José Avelino Colaço Correia, José Luís Marques dos Santos em substituição de Rodrigo Paulo Ferreira da Conceição, José Manuel Fortunato Martins, José Vieira Navarro de Andrade, Maria de Fátima Gaspar Pinto, Maria João Martins Canilho de Sousa, Marta David Gondar Diniz, Natália Maria Andrade Peres, Nelson Caetano Rodrigues, Sérgio Paulo de Sousa Alexandre e Tiago João Freitas Santos, em substituição de Helena Maria Amorim Maciel. -----

----- Faltou o senhor António José da Fonseca Nobre, não se fazendo representar. -----

----- Membros da Câmara Municipal: -----



----- **Presidente** – Silvino José da Silva Lúcio -----

----- **Vice-Presidente** – António José Mateus de Matos -----

----- **Vereadores** – Ana Margarida Serrano Gaspar Coelho -----

----- Mara Lúcia de Almeida Oliveira -----

----- Rui Pedro Figueiredo Corça -----

----- José Paulo de Carvalho Pereira -----

----- Maria Inês da Graça Louro -----

----- Pela Senhora **Presidente da Assembleia Municipal** foi verificada a existência de quórum. -----

III – SUBSTITUIÇÕES -----

----- Ao abrigo do n.º 1 do artigo 78º e do n.º 1 do artigo 79º ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro na sua atual redação, solicitaram a sua substituição, nesta Sessão, o Senhor Deputado **Rodrigo Paulo Ferreira da Conceição**, representante do PS sendo substituído pelo Senhor Deputado **José Luís Marques dos Santos**, representante do mesmo partido na lista admitida, a Senhora Deputada **Helena Maria Amorim Maciel**, representante do CDS no Grupo Municipal PSD sendo substituída pelo Senhor Deputado **Tiago João Freitas Santos**, representante da mesma Coligação na lista admitida e o Senhor Deputado **Firmino Miguel Santos Amendoeira**, representante do BE sendo substituído pelo Senhor Deputado **António Almeida Lopes Pito**, representante do mesmo partido na lista admitida. -----

----- A Senhora Presidente da Assembleia deu início à reunião, cumprimentou os presentes e o público que assistia via Youtube, no canal da autarquia. -----

IV – PERÍODO DE “INTERVENÇÃO DOS CIDADÃOS” -----

----- A Senhora Presidente da Assembleia relembrou as normas aplicáveis à inscrição dos cidadãos para intervenção na Sessão, conforme descrito em Edital, tendo a Assembleia recebido três pedidos de intervenção. -----



----- Interveio o Senhor Comandante dos Bombeiros Voluntários de Azambuja, Ricardo Correia, dando as boas-vindas aos presentes no Salão da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Azambuja e afirmando, que era com muito gosto que recebiam as instituições democráticas e reconheciam o importante papel que possuem, junto das políticas locais de desenvolvimento do concelho de Azambuja. Referiu que não ficaria bem consigo próprio se não fosse, simbolicamente no dia em que a Assembleia Municipal se realiza na instituição, dar nota da importância da mesma para toda a comunidade, em representação de um efetivo de sessenta operacionais que depositam a difícil tarefa de salvaguardar os seus interesses no próprio. Começou por dizer que em 2022, na realidade operacional, responderam a três mil e quarenta e duas ocorrências de saúde, cerca de metade delas classificadas como urgentes, usando um dos princípios constitucionais mais salvaguardados, o princípio da igualdade, que prevê também que devem tratar igualmente o que é igual e desigualmente o que é diferente, dando nota que os Bombeiros de Azambuja fazem metade de todas as ocorrências de emergência médica do município de Azambuja. Responderam a trinta e três incêndios urbanos e em área urbana, oito incêndios em transportes, sessenta e três acidentes de viação, oitenta e três incêndios rurais, não só em Azambuja e no distrito de Lisboa, mas nos distritos de Santarém, Leiria, Guarda e Vila Real, catorze ocorrências relacionadas com a reposição da normalidade, seja em quedas de árvores, estruturas ou ruturas de condutas de água. Apesar de não serem um serviço municipalizado, são o único que trezentos e sessenta e cinco dias por ano, vinte e quatro horas por dia, conjugados com os Bombeiros de Alcoentre, a Cruz Vermelha Portuguesa de Aveiras de Cima e a GNR (Guarda Nacional Republicana) de Azambuja e Aveiras de Cima, respondem a todas as solicitações sem hora marcada. Essa solicitação vem muitas vezes não só do cidadão, mas também dos serviços municipais e do executivo, às quais respondem com muito orgulho, dedicação e entrega. Pode-se assim afirmar que o município tem nos seus bombeiros um parceiro que nunca falha, tentado sempre fazer parte da solução num mundo de tantos problemas. O município tem com os seus bombeiros um protocolo, que prevê a instalação de pessoal contratado com a associação financiado pelo mesmo, que a esta altura já paga a dez profissionais, sendo três afetos à CMOS (Central Municipal de Operações de Socorro), dez em 50% e os demais 50% pagos pela ANEPC (Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil), o que possibilita uma força de intervenção mínima para garantir que, com exceção do fim de semana, os Bombeiros de Azambuja tenham

sempre disponíveis pessoas que escolheram fazer da sua profissão a atividade de bombeiro. Os Bombeiros Portugueses enfrentam um enorme impacto económico, fruto da inflação, da instabilidade económica provocada pelos conflitos geopolíticos conhecidos, a somar ainda aos impactos que o aumento dos serviços ano após ano traz consigo, ou seja, mais serviços significa mais quilómetros, o que significa mais consumo de combustível, desgaste dos veículos, e por isso tem impactos enormes para a instituição, seus dirigentes e a quem cabe a tarefa de os manter a funcionar financeiramente e logisticamente. Solicitou a atenção de todos para os recém-anunciados aumentos dos ordenados mínimos e dos acordos tripartidos entre a ANEPC (Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil), Câmaras Municipais e Associações, que preveem aumentos de 52,12€ nos ordenados mais baixos da EIP, deixando a descoberto as desigualdades para os demais elementos protocolados pelo município. Deixou um apelo ao executivo, para ser revisto os protocolos entre Associações Humanitárias e o município, por forma a que não haja desigualdades perante quem faz o mesmo trabalho e que possa ser alvo de revisão já no próximo orçamento municipal para 2023. Mencionou um problema, que desde julho fizeram questão que fosse notícia, mas que já se arrasta há vários anos, que é disporem de um veículo de desencarceramento com vinte e sete anos, completamente obsoleto, falível e sem capacidade digna, quer de resposta quer de segurança. Cada vez mais nasce uma nova atividade logística no concelho, que traz consigo novos riscos, novo risco significa mais ocorrências e por consequência maior desgaste dos equipamentos. Sempre que se implementa um novo risco no espaço municipal, os corpos de bombeiros não são vistos nem achados, nem tão pouco questionados se os novos riscos estão protegidos pelos equipamentos disponíveis ou se são necessários outros. No início da intervenção disse que no ano corrente já tinham registado sessenta e três acidentes de aviação, no entanto, no ano 2021 esse foi o registo total de acidentes e em 2020 sessenta e um, o que traz claramente um aumento da sinistralidade. No final do mandato anterior, tiveram com o Senhor Presidente Luís de Sousa o compromisso, que em 2022 teriam do orçamento municipal igual verba que foi dada aos Bombeiros de Alcoentre, com a aquisição justa e merecida do veículo urbano de combate a incêndios, situação que nunca se concretizou por impossibilidades orçamentais do município, que aceitam. Essa verba prometida pelo anterior executivo situava-se algures em 220 mil euros, sendo que ficaria ainda a 80 mil euros do total do investimento a ser feito pela instituição através do compromisso bancário, num total de 300 mil



euros. Afirmou que o estado central nunca ouviu os pedidos e gritos de ajuda da instituição. Baseado no pressuposto já mencionado, de tratar igualmente o que é igual e desigualmente o que é diferente, pensam que é a oportunidade para o município de Azambuja, não só fazer justiça na atribuição de verbas já prometidas e que colocam as instituições sobre pé de igualdade, como também, e porque possivelmente já foram compensados pela instalação de novas empresas no polígono industrial, ajudando assim a responder aos novos riscos criados que vão aumentar caso se concretize a passagem da linha ferroviária de alta velocidade, com a atribuição do valor necessário para a substituição do atual veículo de desencarceramento, que só no ano corrente teve mais de dois meses inoperacional. Referiu que sabiam que os tempos difíceis se aproximam, mas a proteção civil, a resposta em acidentes e outro tipo de ocorrência é feita ao minuto, não pode esperar. Deixou o seu apelo para que este assunto não seja esquecido e agradeceu a presença de todos, deixando as portas abertas para reunirem no salão, a Assembleia Municipal, sempre que o desejarem. -----

----- Interveio o Senhor Manuel Couceiro, referindo que nos dois meses que passaram os sobreiros, na estrada Mata Burros, morreram todos, não havendo nada a fazer no momento. Solicitou encarecidamente ao senhor presidente, que peça ao estado que intervenha e que veja o que se passa. Como agricultor e possuidor de muitos sobreiros no Alentejo, disse que nunca tinha visto sobreiros morrerem como estão a morrer no concelho. Afirmou achar ser obrigação do município pressionar o ICNF (Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas) para tentarem descobrir o que se passa, porque está perfeitamente ao abandono e caso se mantenha, dentro de mais um ou dois invernos, não existirá sobreiros. -----

----- Interveio o Senhor António Pires, afirmando que o tema para a assembleia tinha sido bem escolhido, o estado do concelho. Disse que o estado do concelho é crítico, tem um PDM (Plano Diretor Municipal) que está a ser revisto desde 2021, onde já foi gasto 223 mil euros. Estar a prejudicar uma população durante vinte anos, com um PDM (Plano Diretor Municipal), em que os jovens se vão embora, quando existe um estudo de 2011 que diz que um dos mais graves problemas do concelho era o envelhecimento, sendo o único caso em que a juventude ficou, foi em Vila Nova da Rainha. Relativamente a empresas, a zona industrial de Vila Nova da Rainha já teve empresas que pagavam bem, como a OPEL ou a FORD, enquanto atualmente se estimula a logística em que os trabalhadores se queixam que são escravizados, com ordenados no fim do mês de 500 euros, não

sendo positivo para Azambuja. O comércio em Azambuja está a morrer, não existe espaços comerciais abertos, tudo fecha. Não existem médicos, mas os outros concelhos arranjam outras soluções e alternativas e depois o estado vai meter lá os médicos que faltam. O sistema rodoviário de Azambuja ao Carregado, demora-se entre meia hora a quarenta minutos. É verdade que melhorou com o triângulo ao pé da AUCHAN, mas proíbe o estacionamento junto à Nacional 3, e já na primeira década de 2000 foi aprovada pela assembleia uma utilidade pública municipal, para se fazer circular externa dos Casais de Baixo a Vila Nova da Rainha, que nunca foi feita. O aterro tem milhares de toneladas de amianto e não se sabe o que é que pode acontecer. Existe uma RH que diz que só lá foi metido o aterro porque o concelho não fez o registo e a publicação em diário da república da área de proteção dos furos. Nos Casais de Britos existe uma estrada onde não há passadeiras e por onde passam camiões a alta velocidade. Afirmou que não seria o concelho que Azambuja idealiza e que os eleitos presentes também não idealizam tudo isto para a terra deles. Deixou um pedido a todos os eleitos, para que apresentem propostas. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Silvino Lúcio, em resposta ao senhor comandante Ricardo Correia disse que para a revisão dos protocolos atuais, já tinham uma reunião marcada esta semana, com os corpos de bombeiros para falarem sobre esta matéria. Relativamente à viatura de desencarceramento, está a decorrer uma campanha a nível das empresas do concelho para angariação de fundos para ajudar a adquirir a mesma. Informou que estavam a contar que no ano de 2023 consigam dar ênfase a essa pretensão, até porque havia compromissos e os mesmos são para se respeitarem. Respondendo ao senhor Manuel Couceiro, afirmou que já fizeram uma participação ao ICNF (Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas), para em conjunto verificarem a situação. Ao senhor António Pires disse ser verdade que Azambuja em outros tempos teve outro tipo de indústrias, como a OPEL ou a GENERAL MOTORS, que pagavam acima da média. Neste momento a centralização tem a ver com a implantação de indústrias ou de logística e não acredita que as pessoas ganhem só 500 euros, pois não é essa a informação que tem. Quanto aos médicos, é um problema que todos têm consciência da situação gravíssima e já pediram uma audiência ao Senhor Ministro da Saúde, estando a aguardar a marcação da mesma. Na Nacional 3 houve uma ligeira melhoria, e melhorará bastante quando efetivamente se fizerem as duas rotundas que estão previstas, falta só a adjudicação. Quanto ao aterro, diz que não se fez o registo da existência ou não



foi dado conhecimento da existência dos furos, no entanto, não sabe se foi essa a razão. A estrada dos Casais de Britos, estão a tentar encontrar uma solução para proibir o trânsito naquela zona, que ficará situado na zona de Aveiras de Cima, com a interdição do trânsito pesado naquela zona do concelho. -----

----- Interveio o Senhor António Pires, dizendo que a circular externa não é Casais de Britos – Vila Nova da Rainha, mas sim Casais de Baixo – Vila Nova da Rainha, apresentado pelo arquiteto Marcos dos Santos. Foi desapropriado terreno para a construção e foi aprovada uma utilidade pública pela câmara. -----

V – ORDEM DO DIA -----

----- Ponto 1 – Debate sobre o Estado do Município -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Silvino Lúcio, informou que iria cingir-se apenas ao ano de mandato que tomaram posse, falando daquilo que fizeram e delinearam em termos estratégicos para o referido ano. No contexto macroeconómico, a crise pandémica que atingiu todos em 2020, obrigou os governos a tomar um conjunto de medidas, com impacto significativo nas sociedades e economias mundiais. As sucessivas vagas da doença têm obrigado à manutenção de algumas dessas medidas. O surgimento de novas variantes da doença, o processo de vacinação a diferentes velocidades, em virtude da dificuldade de acesso às vacinas por parte de alguns países e a pressão para o aliviar das medidas restritivas do controle da doença, tem colocado desafios e limitações à normal gestão dos governos. O surgimento de variantes mais agressivas do SARS-CoV-2 antes que a vacinação generalizada seja alcançada, pelo menos 40% da população em todos os países até ao final de 2021, e 70% em meados do corrente ano. A invasão da Ucrânia pela Rússia em fevereiro do corrente ano, constituem as principais fontes de preocupação que podem afetar o crescimento mundial. Os elevados custos energéticos, o aumento considerável do preço das matérias-primas e do custo dos bens alimentares, o crescimento das taxas de inflação associado ao recente aumento das taxas de juros, afetam as economias mais desenvolvidas, mas afetam sobretudo os países emergentes. O FMI (Fundo Monetário Internacional) tem alertado para o facto de além da pandemia e da invasão da Ucrânia, a comunidade internacional atender à necessidade da resolução das extensões comerciais

existentes e de reverter as restrições comerciais implementadas em 2018 e 2019, por forma a fortalecer o sistema de comércio multilateral, não esquecendo as políticas ambientais tão necessárias para a sustentabilidade do planeta. Apesar de certo que os governos têm dado ao FMI (Fundo Monetário Internacional) no que toca a previsões de crescimento económico para 2023, o governo prevê 1,3 de crescimento e o FMI (Fundo Monetário Internacional) prevê 0,7. O certo é que o país e o mundo vivem momentos de forte incerteza que se materializam em desequilíbrios temporários, entre a oferta e a procura, com impacto na taxa de inflação que se situou nos 0,8% em setembro de 2022 e que era de 1,3% quando o executivo tomou posse, segundo dados do INE (Instituto Nacional Estatística). Com o tempo espera-se o regresso gradual da economia à plena capacidade e a novas melhorias no mercado de trabalho, que devem apoiar o crescimento mais rápido dos salários, o que apoia a perspetiva de aumento do rendimento e consumo das famílias. A poupança acumulada durante a pandemia também irá apoiar o consumo, apesar das condicionantes recorrentes da invasão da Ucrânia pela Rússia. Quanto a Portugal, a pandemia Covid-19 teve à semelhança de outros países, um impacto muito significativo na organização da sociedade portuguesa e na atividade económica do país, no entanto, com o sucesso da campanha de vacinação prevê-se que 2022 seja um ano de recuperação moderada, pela pressão sobre os preços decorrentes da invasão. Há que lembrar a perturbação causada pelo chumbo do orçamento de estado para 2022, com a consequente dissolução da Assembleia da República e convocação de novas eleições para janeiro de 2022, que culminaram na estabilidade política atual. Em relação à dívida pública, o Banco de Portugal divulgou em junho de 2022, um ligeiro aumento de 0,2 mil milhões de euros, fixando em 280,6 mil milhões de euros, o que representa 126,7% do produto interno bruto, tendência indispensável para assegurar a sustentabilidade das finanças públicas e a estabilidade financeira. Relativamente ao mercado de trabalho, a taxa de desemprego situou-se em 6%, valor idêntico ao de junho e maio de 2022 e inferior a 0,3 pontos percentuais do mês de agosto de 2021. Os desafios mais próximos incluem a redução do endividamento, em particular do setor público, a utilização eficiente dos recursos financeiros colocados à disposição do país, através do Plano de Recuperação e Resiliência e a necessária reafecção de recursos físicos e humanos, em resposta à transição digital e climática no contexto de forte pressão sobre os preços pelo impacto da invasão na Ucrânia, que tem naturalmente impacto sobre as finanças municipais atuais e futuras. A evolução da situação orçamental e financeira, a

constituição da república, a concretização da lei das finanças locais veio atribuir aos municípios autonomia financeira, o que pressupõe que constituam receitas próprias resultantes da gestão do seu património, da utilização dos seus serviços, da participação dos recursos públicos do estado e dos outros poderes tributários consagrados no referido diploma e que, em contrapartida procedam à realização de despesas em conformidade legal, regularidade financeira e respeito pelos princípios da economia, eficiência e eficácia. Em janeiro de 2014, publicada a Lei nº. 73/2013, de 3 de setembro, entrou em vigor o novo regime financeiro das autarquias locais e entidades intermunicipais, que impõe às autarquias o primar de uma gestão orçamental equilibrada e de sustentabilidade financeira. Em 2021 entrou definitivamente em vigor o sistema de normalização contabilística para as administrações públicas, que no caso do município de Azambuja, a par de tantos outros, originou problemas de ordem informática de complexidade inesperada, o que implicou que as demonstrações previsionais passassem a ser elaboradas de acordo com as normas deste novo sistema, em especial, as normas de contabilidade públicas, nos números um, dezassete e vinte e seis. Paralelamente ao normativo previsto no regime financeiro das autarquias locais e entidades intermunicipais, nesse sentido tem sido reforçado o escrutínio sobre as contas das autarquias, através do fluxo de informação económica e financeira, a prestar às entidades que acompanham e supervisionam a respetiva atividade, para além da necessidade imposta a todos os municípios, da contratação de um auditor externo que analise e se pronuncie sobre as suas contas. Importa ainda neste enquadramento recordar a entrada em vigor do Decreto-Lei nº. 8/2012, de 21 de fevereiro, lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso, que introduziu obrigatoriedade de previsão de fundos disponíveis para a assunção de compromissos. Em 2002 o município ficou excluído da aplicação da Lei nº. 8/2012 e do Decreto-Lei nº. 127/2012, de 21 de junho, ambos na redação atual, uma vez que em 31 de dezembro do ano de 2021, cumpria os limites de endividamento previstos respetivamente no artigo 52.º e no nº. 8 do artigo 55.º, da Lei nº. 73/2013, de setembro, na sua redação atual, situação que se quer manter no final do corrente ano. Efetivamente ao nível da dívida de operações orçamentais, a variação entre setembro de 2021 e setembro de 2022 foi de uma redução de 360 milhares de euros, menos 5,7% que não foi mais significativa devido aos subsídios obtidos para as operações de eficiência energética, iluminação pública, na ordem dos 1,1 milhões de euros, não serem a fundo perdido, mas sim, reembolsáveis. O endividamento municipal que se situou nos 5,8 milhões de euros

em setembro de 2022, continua a ser composto por empréstimos de médio e longo prazo e subsídios reembolsáveis, não tendo o município pagamentos em atraso. Entendidos como dívida certa, líquida, exigível, vencida há mais de 90 dias, pelo que as obrigações de redução de endividamento estabelecidos no artigo 86.º da Lei do Orçamento de Estado, não são aplicáveis. A capacidade de endividamento situou-se no final do ano de 2021, em 21,1 milhões de euros e prevê-se que venha a ser utilizada para contração de empréstimos de médio e longo prazo no corrente e próximos anos, para fazer face a importantes investimentos municipais em curso, destacando-se a requalificação da Escola Secundária de Azambuja. No período em análise o município arrecadou 20,5 milhões de euros de receita, composta substancialmente por transferências correntes e também de capital provenientes do orçamento de estado, fundos municipais e verbas para transferência de competências e os impostos municipais. Ao nível da despesa foram feitos pagamentos na ordem dos 23 milhões de euros, continuando a prevalecer a despesa com o pessoal, seguindo-se a aquisição de bens de capital e investimento nas diferentes e importantes áreas de atuação municipal. O saldo atual foi reduzido em cerca de 2,5 milhões de euros, situando-se no final de setembro em 4,3 milhões de euros e o município continua a pagar praticamente a pronto pagamento, prazo médio de pagamento igual ou inferior a um dia, mantendo o cumprimento da regra do equilíbrio orçamental. Apesar das dificuldades inerentes ao contexto de uma crise económica e financeira, que se tem vindo a esbater, embora interrompidas com a pressão atual sobre os preços, o processo de transferência de competência da administração central para as autarquias locais, tem mantido uma pressão crescente, tendo em conta o objetivo sempre presente de conseguir dar uma resposta cabal às solicitações das populações mais carentes. A Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, que aprova a lei quadro das transferências de competências das autarquias locais e para as entidades intermunicipais, dispõe no seu artigo 4.º que a transferência das novas competências da administração central para as autarquias locais e entidades intermunicipais é efetuada em 2019 e 2020, admitindo-se a sua concretização gradual, nos termos nele previstos, tendo sido publicados diplomas legais que procederam a aditamentos sucessivos, na efetivação destas transferências de competências da administração central para as autarquias. Exceção feita à área da educação, encontram-se nesta circunstância as que se prendem por saúde e ação social, as quais já têm e terão impactos orçamentais consideráveis na despesa e na receita, além de introduzirem, quer nas unidades

orgânicas ou operacionais quer na administrativa e financeira, muito trabalho adicional e complexidade na gestão. A Lei nº. 50/2018, de 16 de agosto, definiu também, ainda que de forma abstrata, o quadro de transferência de competências dos municípios para os órgãos das freguesias, cujo regime jurídico vê-se concretizado pelo Decreto-Lei nº. 57/2019, de 30 de abril. Nos termos do artigo 2.º do suprarreferido Decreto-Lei, determinou-se o elenco das competências a transferir, como a possibilidade do município, de entre outras, esse ser o seu direito de reserva, sendo que das negociações havidas entre os órgãos autárquicos, resultou a concordância de transferir para o âmbito das freguesias as competências anteriormente alvo de delegação legal por via dos acordos de execução, passando agora as mesmas a ser sua responsabilidade legal. Nesse contexto, foram celebrados com as freguesias do município, acordos de transferência de competências e de recursos, os quais entraram em vigor a 1 de janeiro de 2021. Paralelamente foram ainda celebrados com as freguesias nos termos previstos do artigo 116.º e seguindo o anexo I, da Lei nº. 75/2013, de 12 de agosto, na redação atual, contratos interadministrativos da delegação de competências no âmbito da limpeza e corte de vegetação das valetas, bermas, caminhos e vias municipais, da manutenção e conservação dos caminhos, entrada e estradas municipais, aplicação de massas asfálticas e outros materiais, da manutenção dos equipamentos sociais que entregam o património municipal, da organização dos eventos gastronómicos e da instalação da iluminação e decoração natalícia, dos quais, iniciaram a sua vigência a 1 de janeiro de 2021 e que se mantêm atualmente em vigor por força do disposto no nº. 2, na cláusula 24 dos referidos contratos. No período em análise, o município deu continuidade às transferências financeiras para as freguesias, de acordo com os acordos de execução, contratos interadministrativos, para apoio das IPSS (Instituições Particulares de Solidariedade Social), Associações e Coletividades do concelho, bem como cumprimento dos compromissos assumidos com entidades financeiras, financiadoras com o pessoal e com outros parceiros criadores do município. O atual executivo, procurando atender às aspirações das juntas de freguesia e das restantes forças políticas presentes no executivo, tem realizado reuniões de trabalho para apresentação de projetos, ações e sugestões passivas de incorporar e concretizar. A par do desenvolvimento social, económico e cultural, a gestão ponderada e criteriosa dos dinheiros públicos são pilares fundamentais da gestão municipal, que se tem regido por uma relação transparente e rigorosa das suas políticas orçamentais e financeiras, com o rumo bem definido, com clara

identificação de projetos estruturais para o concelho que procura concretizar sempre que possível com recursos a apoios comunitários. Naturalmente que a melhoria da capacidade de atuação depende da melhoria dos recursos financeiros disponíveis, pelo que em linha de como verificar nos anteriores orçamentos de estado, com exceção do orçamento de estado de 2022, que reduziu os fundos municipais em cerca de 300 mil euros, espera-se para 2023 a continuidade da apresentação de novas medidas de reposição e reforço da autonomia local, com a transferência de competências de gestão em diversas áreas, tendência que apesar de positiva, ao envolver a alocação de recursos escassos, pode apresentar um risco orçamental. Mantém-se um conjunto de limitações que dificultam o necessário reforço da intervenção social do município, designadamente os regimes financeiros das autarquias locais e entidades intermunicipais, que apesar das expectativas, não constitui garante da sua autonomia e solidez financeira dos municípios. A persistência de incompreensíveis isenções, reembolsos sobre receitas municipais ou ausência de informação cabal sobre os procedimentos adotados em matéria de impostos locais, designadamente ao nível do IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis), do IMT (Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis) e da derrama, paralelamente à previsível redução dos poderes tributários dos municípios, a não eliminação imediata da contribuição audiovisual, aplicada a determinados equipamentos municipais e do pagamento dos serviços do município, ao serviço nacional de saúde, a não alteração da taxa do IVA (Imposto sobre o Valor Acrescentado) ao nível de alguns consumos energéticos, nomeadamente relativo e relativamente às despesas com gás, iluminação pública e refeições escolares. Considerando uma visão do concelho, inclusive com educação voltada para a cidadania global, deu-se continuidade às relações de proximidade com as várias instituições educativas existentes no concelho, onde se promove a integralidade como forma de partilha e de experiências e de perspetivas de vida através de um funcionamento e de dinamização da UTICA. O município tem dado continuidade à realização de projetos e ações em defesa do património histórico, artístico, arqueológico, documental e cronológico de interesse municipal, dirigidos aos alunos do concelho, nomeadamente, dando continuidade ao projeto das viagens do Zambujinho, assim como as aulas no terreno, no Paúl de Manique do Intendente e no Centro Ambiental de Aveiras de Baixo. Não menos importante é dar continuidade à promoção dos projetos de educação não formal, tal como seja o TransformArte, onde se implantaram novos projetos educativos e se fomentou a participação e

desenvolvimento de todos os agentes educativos locais, tendo como objetivo, o desenvolvimento de atividades e ações pontuais, dirigidas aos alunos do concelho, nomeadamente, um dia no campo, feira da vila, jornadas de oportunidades e dia da criança, entre outros. Está cada vez mais perto a realização de outra obra de revitalização da Escola Secundária de Azambuja, onde se tem tido um trabalho exaustivo na supervisão, planeamento de gestão das atividades escolares, ao nível dos recursos educativos decorrente das competências transferidas do Ministério da Educação para a câmara. Promove-se a participação ativa, crítica e refletiva, reflexiva através do projeto de promoção e do sucesso escolar dinamizado pela escola multidisciplinar de intervenção comunitária EMIC (Equipa Multidisciplinar de Intervenção Comunitária), nomeadamente, no desenvolvimento da ação de sessões, no apoio pedagógico a crianças e jovens no âmbito da inteligência emocional. Realizaram-se sessões de melhoria e *coaching* a crianças e jovens e ações de educação parental no âmbito da educação positiva, enquadradas no Programa Anos Incríveis, assim como na organização e realização de seminários e workshop de meditação e *mindfulness* para professores e educadores no âmbito do plano e ainda na dinamização de ações de *bootcamp* de inovação e criatividade com as crianças e jovens. -----

----- Interveio a Senhora Presidente da Assembleia Municipal Vera Braz, informando o senhor presidente da câmara que já tinha ultrapassado o tempo que dispunha para intervir. -----

----- Interveio a Senhora Deputada Maria João Canilho do Grupo PSD, referindo que a intervenção era sobre o estado do município e que conforme se podia ler no dicionário, estado é a circunstância em que se está e se permanece. Relativamente ao PDM (Plano Diretor Municipal), mencionou ser uma ferramenta elementar e fundamental para planear e dar sentido integrado à expansão e ao desenvolvimento do concelho, porém, o mesmo não é revisto há quase trinta anos. Encontra-se a ser revisto porque a lei assim o obriga. Entretanto não há assembleia em que não sejam submetidos os projetos, ditos de interesse municipal, assim avulso. Na saúde, o concelho evoluiu de um estado de necessidade para um estado de catástrofe total. Não teria sido de repente que 85% da população do concelho ficou sem acesso a cuidados de saúde e que foi uma situação que se foi degradando aos poucos. O PS está no poder há trinta anos, mas parece que ninguém tem, atualmente, nada a ver com aquilo que foi feito anteriormente. No ensino, não se está melhor do que há dez anos. Vai finalmente, ao fim de quarenta e quatro anos, haver uma intervenção na Escola Secundária de



Azambuja, mas ainda não começaram as obras e já é altamente confuso. O problema gravíssimo de habitação no concelho é uma situação bem pior do que a que se vivia há dez anos. Sem PDM (Plano Diretor Municipal) qualquer projeto de construção fica às cegas e os sucessivos executivos camarários negligenciaram o problema até se chegar onde se chegou, mercado de arrendamento inexistente, habitação social, incentivos jovens, sendo um caso flagrante de quem não deita mãos à obra. Quanto ao emprego, de há dez anos para cá, aumentou efetivamente, mas o problema é que é sempre o mesmo tipo de emprego, dentro da indústria, pouco qualificado, de baixo custo e de baixo rendimento. Questionou quais foram as tentativas feitas para atrair investimento diversificado, por forma a criar melhor emprego, a fixar no concelho jovens licenciados e a atrair valor humano para o concelho. Em relação às acessibilidades e os transportes, perguntou se o transporte escolar cobre as necessidades dos alunos, escolas e famílias, se o problema da Nacional 3 estava resolvido e se o panorama dos transportes públicos no concelho tinha melhorado. Na cultura, fora o trabalho esforçado e altamente meritório das bandas filarmónicas, ranchos folclóricos e de outras iniciativas do género, o que existe é uma revoada de eventos. Não existe planeamento, avaliação, linhas condutoras, desenvolvimento e investimento no concelho. Por último, disse poder concluir que este ano foi um ano em que se esteve e como nos últimos trinta anos, se permaneceu, sendo assim o estado do concelho. -----

----- A Senhora Deputada Cláudia Gomes do Grupo PS, começou por deixar um cumprimento especial à Associação Humanitária dos Bombeiros de Azambuja, pela cedência do salão nobre. Mencionou a importância da presente sessão, de atribuir à mesma a seriedade que merece e que a democracia fica mais fortalecida com estas iniciativas. Dessa forma, há que tornar o debate digno, honrado e honrando a confiança em todos depositada pelos munícipes, deixando de parte debates demagogos, populistas e tóxicos. Azambuja é o único município da CIMLT (Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo) que possui três bibliotecas municipais de grande utilidade para a população. Salientou os programas destinados às crianças, o Lema era ler direcionado a bebés até aos três anos, Crescer a Ler para o pré-escolar, A Hora do Conto e o Alba para todos os alunos do 1.º ciclo, A Ler Brincamos e Aprendemos, realizados ao sábado, fomentando a partilha entre crianças e adultos e fortalecendo as famílias. A Bica, a biblioteca integrante do concelho de Azambuja que seguindo o conceito da Fundação Calouste Gulbenkian, permite que todas as pessoas tenham acesso aos livros. A UTICA é

mais que um projeto educativo e formativo, é um projeto social para maiores de cinquenta anos, onde as pessoas são o maior património da sociedade. Na mesma senda, referiu o programa PAFT, na sua vertente mais cinquenta e cinco, em estreita parceria com juntas de freguesia, IPSS (Instituições Particulares de Solidariedade Social), Associações e Coletividades do concelho, onde são desenvolvidas as atividades. O projeto Artéria, arte ao vivo, em parceria com a CIMLT (Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo), tem como objetivo promover a cultura e a arte nas suas mais variadas expressões, realizadas em todas as freguesias do concelho de Azambuja, de forma gratuita, estando por isso ao alcance de toda a população. A nível da proteção civil, destacou o Centro Municipal de Operações de Socorro de Azambuja, o CMOS, que entrou em funcionamento a 14 de fevereiro de 2022, que é único no distrito de Lisboa e que concentra os meios de três entidades de socorro do município, as Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários de Alcoentre e de Azambuja e a Delegação da Cruz Vermelha Portuguesa de Aveiras de Cima, o que permite uma resposta rápida às ocorrências e mais eficaz. Relativamente aos incêndios, estes foram menores e com menos área ardida comparativamente aos anos anteriores, o que está intimamente relacionado com a atividade do dispositivo municipal de combate aos incêndios rurais, do qual faz parte a equipa de sapadores florestais do município. Esta equipa, designada por SF05185, é de extrema importância para o município, pois foi a sua atuação preventiva de limpeza de terrenos, das ações de vigilância, de uma primeira intervenção que fez com que os números de área ardida do concelho diminuíssem. Salientou o apoio à vacinação Covid, quer no posto de vacinação do pavilhão municipal, quer em estruturas residenciais para idosos e casas de acolhimento, através de apoio logístico e ainda as várias ações de sensibilização à população. Evidenciou o magnífico trabalho do acolhimento aos refugiados ucranianos, onde todos se uniram em prol de uma causa, onde o mais importante foram as pessoas. Deixou um apontamento relativamente à figura do interesse público municipal, tão necessário e importante no desenvolvimento do município, que por natureza tem muitos solos classificados como rurais, sendo uma utopia crer que é superável com o novo PDM (Plano Diretor Municipal). É necessário compreender o alcance e importância para o desenvolvimento do tecido empresarial do concelho e neste contexto de crise económica a nível mundial. A falta de médicos que advém da má gestão do ensino superior dos governos do professor Cavaco Silva na década de 90, cujos resultados estão agora à vista de todos, contudo, a câmara esteve sempre atenta e empenhada em resolver



esses problemas no concelho e desde logo aprovou o regulamento à fixação de médicos, mesmo não fazendo parte das suas competências e apoiou o movimento pela saúde desde o primeiro momento. Cumpre enaltecer a presidência aberta levada a cabo pelo executivo, que se concretiza através de uma política de proximidade, indo ao encontro das populações, dando hipótese de ver e ser visto, de poder ser atendido pelo senhor presidente na sede da sua freguesia, de acompanhar as instituições locais no seu dia a dia, levar a cultura, enaltecer as oportunidades de turismo e de ouvir cada habitante do concelho de Azambuja. A importância deste tão nobre gesto apenas é compreendida por quem conhece o território. A realidade é que o executivo conhece as suas gentes e território, concretizando o programa eleitoral, ouvir hoje para construir o amanhã. É a prova que o executivo segue a matriz do partido socialista de estar junto das populações, faz parte do ADN, cumprir é natural, a honestidade, o rigor e a confiança no partido socialista tem sido manifestada nas urnas pelas populações do concelho de Azambuja nas últimas décadas. -----

---- Interveio o Senhor Deputado António Pito do Grupo BE, questionando o senhor presidente se naquelas verbas extraordinárias que tem recebido ultimamente, pelo licenciamento de novas empresas, não se poderia avançar com uma verba para o carro de desencarceramento. Disse que o senhor presidente, inicialmente esteve uns dez minutos a fazer uma coisa que seria o estado da Nação e não o estado do concelho de Azambuja, parecendo que estava um pouco na Assembleia da República a falar realmente de números governamentais que todos conhecem e interpretam. O BE congratulou-se, com uma entrevista que o senhor presidente deu, acerca da neutralidade carbónica para o concelho, das medidas que estão a ser tomadas e das que venham a ser tomadas e visto que é um ponto de honra para o BE, terá o seu apoio. Perguntou se existiam novos desenvolvimentos, acerca da questão que se tem passado com o movimento de utentes de saúde e qual era o ponto de situação das obras do esteiro. Relativamente à Nacional 3, já teria sido aflorado a tão necessária variante Casais de Baixo – Vila Nova da Rainha, visto que com a abertura do último armazém chegasse a perder quarenta minutos para fazer um trajeto de sete quilómetros. A periculosidade do trânsito é cada vez maior e o senhor presidente, num dos debates entre candidatos à presidência, referiu que era uma obra para enunciar, porém, passou um ano e seriam pretensiosos a que a obra estivesse concluída, mas deseja saber se houve alguma iniciação. Os leitos de rios e ribeiros, o ribeiro de Vila Nova da Rainha por exemplo, está completamente entupido com jacintos e outras ervas e questionou



como ficariam as casas das pessoas que moram perto dos mesmos, caso haja umas águas-fortes. Perguntou se a Agência Portuguesa do Ambiente ou a câmara já fizeram alguma coisa em relação às pecuárias, visto que junto ao ALDI continua, de vez em quando, a existir um cheiro nauseabundo. Referiu a necessidade de melhoria dos arruamentos nas aldeias e perguntou para quando a restauração dos trabalhos de saneamento, onde não existam. Habitação, segundo direito, abandono do centro histórico foi uma temática muito a florada nos debates e infelizmente continua-se a ver tudo na mesma. Existem programas habitacionais a que a câmara pode concorrer, como por exemplo das casas que apoiavam o estabelecimento prisional. Interrogou o que foi feito em termos de centro histórico. Os terrenos da SOCASA, disse que se possui ali terrenos que podem ser revertidos a favor da câmara municipal e pensados de outra forma para incentivar a população. As centrais fotovoltaicas, o BE debateu-se contra as mega centrais fotovoltaicas, porém, vai existir uma mega central fotovoltaica e perguntou quantos mais projetos existem no concelho de outras centrais fotovoltaicas. Teria lido na comunicação social que o senhor ministro do ambiente tinha anunciado que o traçado das linhas nos Casais das Boiças iria ser afastado, no entanto, no projeto inicial dizia que seria a 400 metros e gostava de saber qual é a distância que realmente os cabos de alta tensão passarão do povoado. Uma questão que foi muito crucial ao BE, foi a questão do direito animal, para a construção de um canil ou de outros abrigos. Perguntou se a câmara estava a concorrer a programas de esterilização de animais, que são fundos do estado que pode ir buscar. Por último, em relação às contrapartidas, já teria sido falado que já se gastaram cerca de 200 mil euros em estudos para o PDM (Plano Diretor Municipal), que há mais de vinte anos anda para ser aprovado, achando que as contrapartidas têm sabido a pouco para o concelho. Com todo este estado, continuam com uma situação avulso de continuamente aparecerem propostas de interesse público, que por vezes são escândalos. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Silvino Lúcio, em resposta à senhora deputada Maria João Canilho informou que a intervenção que tinha preparado era para um ano de mandato, o ano em que é presidente da câmara e não os dez anos que a senhora deputada referiu, como tal, apenas iria responder relativamente a esse ano de mandato. Agradeceu as palavras de enaltecimento, ao trabalho que a câmara tem vindo a desenvolver, da senhora deputada Cláudia Gomes. Ao senhor deputado António Pito disse que a requalificação da Nacional 3 nas bermas é uma responsabilidade

da administração central. Vai haver uma intervenção, da construção de duas rotundas e um melhoramento entre a fábrica das rações e a SIVA e já falaram com o IP para chamar à atenção do estacionamento abusivo que existe ao longo da Nacional 3, que referiu ser um problema de polícia.

----- O Senhor Deputado António Pito do Grupo BE, expôs que as empresas que ali laboram são as grandes responsáveis pela falta de estacionamento. Existem ali pessoas que trabalham em horários noturnos, que não têm possibilidade de se deslocar de comboio, havendo realmente uma responsabilidade do município, de nos últimos anos não ter obrigado as empresas a criar locais de estacionamento. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Silvino Lúcio, informou que no último investimento feito no concelho na zona industrial, dois grandes pavilhões, têm estacionamento de trezentos e cinquenta e quatro carros ligeiros e cinquenta e oito pesados, sendo que a ideia do senhor deputado está a ser concretizada nos futuros investimentos. Em relação às obras do esteiro, disse que já estavam terminadas e que irão ser inauguradas a seu tempo. A variante Casais de Baixo – Vila Nova da Rainha, existem diferenças em termos do seu desenvolvimento, nomeadamente ali na zona da SIVA, onde há um problema que ainda não conseguiram apurar ao certo, depois tem de ir direito ao Casal Novo, tem de fazer aquele caminho por trás da SAPEC, daquele stand de vendas de automóveis, há ali um conjunto de terrenos que ainda têm de ser tratados, mas existe. A ribeira de Vila Nova da Rainha, o assunto é complicado e tem de se tomar decisões antes que venham as grandes chuvadas e que haja alguma situação complexa. As pecuárias, já contrataram uma empresa para ajudar a ver de onde é que vêm aqueles maus cheiros e a água contaminada. Os melhoramentos nas ruas e nas aldeias, se o antecessor prometeu, afirmou que irá ser feito. O saneamento, estão no âmbito da comunidade intermunicipal, a definir as verbas do 2030 para lá ficar consagrado uma verba com algum significado para esses troços que não estão feitos e em algumas povoações que ainda não estejam contempladas também. A dificuldade na habitação, no tempo áureo havia uma construção enorme em Azambuja pelos privados, porém, atualmente arrancou um prédio há cerca de seis meses, o que não acontecia há mais de dez anos. Relativamente à SOCASA, informou que já tinha dado indicações aos serviços da divisão do urbanismo para olharem para o processo e verificarem o que é que tem de ser feito. As centrais fotovoltaicas mega estações, só há um projeto e foi aprovado há dias um de seis megawatts. Foi construída uma subestação na zona de Vila Nova da Rainha, por trás da HAVI. O traçado das linhas



dos Casais das Boiças está em discussão pública, no portal da Participa e contém o traçado que foi proposto pela população. Quanto ao direito animal, informou que já têm terreno para o canil, que vai ser cedido pela Direção Geral dos Serviços Prisionais, na zona de Alcoentre e que têm concorrido ao programa nacional de esterilização. Por último, o PDM (Plano Diretor Municipal) avulso, referiu que cada executivo faz o que consegue e que estavam a tentar levar o PDM (Plano Diretor Municipal) por diante até 2023, tendo a intenção de o ter revisto e aprovado nas instâncias competentes para o efeito. -----

----- Interveio a Senhora Deputada Marta Diniz do Grupo CDU, afirmando que estavam presentes para debater o estado do concelho e não o estado da nação, mas se o objetivo for aplicar o estado nacional ao estado do concelho, há que salientar que o custo de vida aumenta todos os dias. Os ricos mantêm-se ricos e os pobres ficam cada vez mais pobres, por falta da distribuição da riqueza de forma igualitária. Se é a preocupação que o executivo do PS tem, disse gostar de saber porque é que o partido socialista reprovou cento e trinta e sete propostas na Assembleia da República, relativamente à regulação do preço dos combustíveis, bens essenciais, gás, eletricidade, etc. Mencionou dois aspetos formais, que se relacionam com a convocatória da assembleia municipal e com a eficácia da publicitação feita das respetivas assembleias municipais. Tendo a assembleia um tema bastante geral, abstrato e importante, queria saber o motivo da convocatória da mesma, apenas ter sido emitida com cinco dias de antecedência, visto ser uma assembleia municipal que exige discussão entre as forças políticas e não se poder limitar a mesma com pouco tempo. A forma como tem vindo a ser feita a publicitação da ocorrência das assembleias municipais, não tem sido eficaz e não acham que a publicitação através do FACEBOOK seja a melhor maneira de fortalecer a democracia local e fazer com que a população intervenha. Apelou a que haja mais participação jovem nas assembleias municipais e no fortalecimento da democracia local. O comércio em Azambuja não tem grande possibilidade de subsistência, existindo pouco comércio local e pouco incentivo. Na última assembleia municipal teria perguntado que duração iriam ter as obras da estrada municipal e que existem comerciantes que já falaram com o executivo, relativamente à situação de grave situação económica em que se encontram, quase a chegar a situações de insolvência e não obtiveram resposta concisa e clara por parte do senhor presidente da câmara, se terão direito ou não a qualquer compensação ou indemnização pela situação. Disse querer obter uma resposta de sim ou não,

quanto aos comerciantes irem ter direito a uma compensação ou indemnização e que não se tem fortalecido o comércio local ou qualquer tipo de comércio que a população de Azambuja pretenda fazer, sendo que o objetivo do PS é fortalecer a intervenção de grandes multinacionais, o que retira a subsistência económica. Na saúde, o grupo municipal da CDU tem acompanhado todas as lutas da população de Azambuja, no entanto, é de salientar que não há outra resposta se não uma resposta pública e que fortaleça o serviço nacional de saúde, que possibilite uma resposta ao problema. Perguntou como é que o executivo pode dizer em quase todas as assembleias municipais que se pretende valorizar o Alto Concelho, se não existe qualquer acessibilidade de transportes. Terminou a sua intervenção pedindo que existam respostas, pois não lhe terá sido dada uma única resposta pelo senhor presidente da câmara em todo o seu mandato. -----

----- Interveio a Senhora Presidente da Assembleia Municipal Vera Braz, dando nota que a publicitação não é feita apenas no Facebook. A mesma, conforme a sua obrigação legal de afixação de editais, é afixada nas juntas de freguesia, nas unidades de apoio de atendimento ao público e também está no site do município, no entanto, informou que estavam sempre abertos a propostas e sugestões que possam efetivamente contribuir para melhorar essa participação. Quanto ao tempo de convocatória da sessão, todos os grupos municipais já tinham conhecimento de que a mesma iria ser realizada, o assunto foi abordado em comissão de representantes, naturalmente que na comissão de representantes não estão todos os senhores deputados, mas é assim mesmo que funciona, cada representante tem depois a função de levar a mensagem a cada um dos senhores deputados que fazem parte dos seus grupos municipais. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Silvino Lúcio, em resposta à senhora deputada Marta Diniz disse que não estavam na Assembleia da República e que não rejeitaram cento e trinta e sete propostas. Em relação ao comércio, referiu não concordar que o mesmo é muito fraco, tem algumas lacunas, mas não é fraco. Informou que estão a construir um regulamento de apoio aos comerciantes, para que os mesmos tenham apoios. Concordou que as medidas da saúde não passam pelos privados, mas sim por se fortalecer o serviço nacional de saúde. Quanto à valorização do Alto Concelho, acordou que não existe um programa de transportes eficientes, mas adiantou que no âmbito da comunidade intermunicipal está a ser desenvolvido um projeto para implantação de uma empresa, que tenha 100% de capital da comunidade intermunicipal, para suprir todas essas lacunas do setor

privado. -----

----- Interveio a Senhora Deputada Maria de Fátima Pinto do Grupo CHEGA, mencionando que é tempo de fazer um balanço sobre o estado do município de Azambuja. O slogan da campanha do partido socialista tinha duas frases chave, “Ouvir hoje, para construir o amanhã” e “O futuro do nosso concelho depende de si”, mas além disso também referia o amanhã mais cuidador e saudável; coeso e inclusivo; sustentável e amigo do ambiente; empreendedor, qualificado e competitivo; com melhor educação; com valor e identidade; mais próximo das pessoas. Relativamente à ação social, o plano municipal de igualdade Azambuja mais igual, o balcão sénior móvel, a iniciativa avós e netos, o plano de acessibilidade a edifícios e espaços públicos, o balcão de atendimento municipal para a pessoa com deficiência, questionou se alguma coisa já está em desenvolvimento. Perguntou se já está implementado o serviço de atendimento para pessoas surdas e caso não esteja implementado, o partido CHEGA sugere que as reuniões da câmara municipal e da assembleia municipal sejam transmitidas com o apoio de um especialista em língua gestual. Quanto à saúde, o PS referiu que era a sua prioridade política no mandato, e no decorrer da reunião da Comissão Especializada Permanente da Saúde, Ação Social, Habitação e Cidadania, ocorrida no passado dia 15 de setembro, disse querer saber se algumas das sugestões propostas já têm resposta, nomeadamente, a criação de um protocolo com a Cruz Vermelha de Aveiras de Cima, para a colocação de um médico, à semelhança do que acontece no concelho do Cartaxo e se o regulamento e incentivos dos médicos do município já foi enviado para a ordem dos médicos e sindicato dos médicos. Azambuja recebeu a bandeira da rede dos municípios saudáveis, possui doze projetos associados, mas não dispõe de um gabinete do município saudável e o coordenador é um senhor Luís Carvalho, que gostaria de saber quem é e quais são as suas habilitações para estar a desempenhar a função. Questionou se a implementação de uma unidade de cuidados continuados está em fase de andamento ou de projeto. Na educação, existe uma Comissão Especializada Permanente denominada Educação, Cultura, Associativismo e Desporto, que até ao momento ainda não tomou posse, desconhecendo-se o motivo para tal, mas considera que será urgente resolver esse aspeto. Segundo informação na página do município, a carta educativa do município de Azambuja foi aprovada em junho de 2019 pelos respetivos órgãos municipais e pela assembleia municipal e enviada para o Ministério da Educação, volvidos três anos, deseja saber como está o documento. Perguntou se há algum projeto para o



Centro Escolar de Vale Paraíso e para a Escola de Ensino Profissional e onde esta última será localizada. No ambiente, o partido socialista tem no seu programa como ambição, integrar Azambuja na rede das *Smart Cities* - Cidades Inteligentes, que consiste num conjunto de sistemas e pessoas que interagem de forma inteligente, usando energias, materiais, serviços e recursos de forma sustentável. A ambição é excelente, porém no concelho há freguesias que nem sequer rede móvel ou Internet têm e dever-se-ia resolver primeiro esses problemas. A limpeza e a lavagem dos contentores é importante que seja feita, pois estão muito sujos, imundos. Quanto aos benefícios para os munícipes que fazem a recolha do lixo, perguntou se já havia alguma coisa delineada. Na página do município, o último relatório da monitorização da qualidade do ar é datado de agosto e interrogou se não aconteceu nada desde essa altura. As árvores no cemitério que estão junto ao muro, que são de uma propriedade privada, fazem com que diariamente o funcionário que trabalha no mesmo se veja desesperado para limpar as campas e aproximando-se uma altura de finados muito importante para algumas pessoas, é o momento certo da autarquia tomar alguma medida para com o proprietário. No associativismo, relativamente à adesão no portal “A Minha Rua”, projeto que tem como objetivo monitorizar o sistema de gestão de ocorrências de modo a garantir uma resposta mais completa e eficaz ao munícipe, num período reduzido, questionou se a adesão ao mesmo já se encontra realizada. Relativamente ao regulamento de apoio ao associativismo, o que consta na página do município é datado de 2018, visto que estava em processo de revisão, perguntou se já foi revisto e concluído. No que concerne à Cultura e Património Cultural interrogou onde será a construção de um espaço multiusos com auditório e centro de artes e afirmou que o projeto de reabilitar o antigo cinema de Aveiras de Cima já tem décadas. No documento de orçamento e grandes opções do plano de 2022-2026, não havia nenhuma referência para promover e preservar os caminhos de Fátima e de Santiago de Compostela, tendo achado estranho e questionado acerca de tal ausência, devido ao facto de Azambuja estar inserida nas rotas de Fátima e de Santiago de Compostela. O partido CHEGA sugeriu a elaboração de brochuras explicativas, dos locais a visitar na vila e locais onde poderão fazer as suas refeições. Quanto à carta gastronómica do concelho de Azambuja, perguntou se já existe ou foi criada. No desporto e na atividade física, questionou para quando a construção de um auditório ao ar livre e um skate parque, no Parque Urbano da Milhariça e um campus desportivo municipal com instalação de campos de padel e minigolfe. -----



----- O Senhor Presidente da Câmara Silvino Lúcio, em resposta à senhora deputada Maria de Fátima Pinto disse que não sabia por que motivo a comissão não tinha tomado posse, mas que iria tentar saber para depois dar nota. A carta educativa prepara-se para ser revista no âmbito da CIMLT (Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo). A Escola de Vale do Paraíso informou que à partida já definiram o terreno com o senhor presidente da junta e que vão começar a fazer o projeto para avançarem com a obra. Relativamente à rede 5G, em Azambuja por vezes há, outras não, mas há um empreendimento muito grande para ser construído na zona de Alcoentre, que apanha todo o Alto Concelho e a parte norte de Aveiras de Cima, que irá melhorar significativamente a situação. Informou que já fizeram uma insistência, para a rede da MEO instalar um recetor na povoação das Virtudes, visto não ter quase rede nenhuma. A limpeza dos contentores, já foram dadas indicações para ser feito com mais regularidade. Os munícipes que recolhem o lixo serem beneficiados em alguma coisa é o objetivo, mas ainda não está feito. A questão das árvores, referiu que já falaram uma série de vezes com o proprietário para o sensibilizar a abater as mesmas, tendo até se predispondo a abatê-las sem qualquer custo para o mesmo, porém o senhor mostra-se irredutível. De qualquer forma já têm andado em negociações e já conseguiram fazer o abate de umas trancas. Quanto ao regulamento de apoio ao associativismo informou que ainda não está elaborado. Em relação à construção do auditório, existe um projeto a aguardar negociações, para depois se ver onde se vai implantar e se há dinheiro para o fazer. A reabilitação do cinema de Aveiras de Cima, contrariamente àquilo que a senhora deputada disse, não é há longas décadas, o cinema foi comprado há cerca de cinco anos e deitou-se abaixo toda a parte envolvente do mesmo e já há um projeto em fase de finalização. Os caminhos de Fátima e de Santiago estão sinalizados em todo o concelho pela rota da entidade do turismo. A carta gastronómica, foi feita uma para o ribatejo pela entidade de turismo e há um conjunto onde estão assinalados todos os restaurantes existentes no concelho. A construção da Milhariça, são projetos referenciados. -----

----- Interveio a Senhora Vereadora Mara Oliveira, informando que em relação ao balcão da inclusão de surdos, já estavam a trabalhar no sentido de encontrar pessoas que saibam língua gestual. Relativamente ao plano municipal da igualdade, está no município desde o ano passado, chama-se Azambuja Mais Igual e estão a ver se o apresentam na assembleia municipal. -----

----- Interveio a Senhora Vereadora Ana Coelho, que em resposta à senhora deputada Maria de

Fátima Pinto, informou que relativamente à saúde não existiam mais desenvolvimentos. Disse que estavam a trabalhar na situação do protocolo com a Cruz Vermelha, porém, referiu ser importante desmistificar que no Cartaxo não foi feito qualquer tipo de protocolo com a Cruz Vermelha, o que existe é uma clínica que é propriedade da mesma e que tem médicos que lá vão prestar serviço, que conseguem passar exames e receitas médicas através do serviço nacional de saúde. Relativamente à questão da rede municípios saudáveis, o senhor Luís Carvalho é técnico superior do município, pertence à divisão de ação social e saúde e tem acompanhado os trabalhos no âmbito da rede municípios saudáveis, um dos quais a elaboração do atlas da saúde. -----

----- A Senhora Vereadora Mara Oliveira informou que em relação à questão da monitorização do ar, a mesma muda de local de três em três meses, por isso é que a última é de agosto. -----

----- Foi realizado um intervalo de cinco minutos. -----

----- Interveio o Senhor Deputado Gonçalo Ferreira do Grupo PS, reforçando a importância que as políticas públicas municipais de juventude têm, na criação de um sentimento de pertença dos jovens à comunidade e um sentimento de identificação que os jovens devem ter com o município de Azambuja, cativando desta forma os mesmos. Destacou o projeto BEMORE, que a seu ver é um projeto acertado que o município tem desenvolvido. O projeto assenta num modelo de educação não formal, de desenvolvimento de competências profissionais, pessoais, sociais e emocionais, através da educação pela arte. Além disso, é um sinónimo de abertura de Azambuja ao mundo, o que é importante, pois vive-se num mundo multicultural e o projeto permite que os jovens de Azambuja tenham noção do mundo de atualmente. -----

----- O Senhor Deputado Carlos Fonte do Grupo CHEGA, disse ter umas questões referentes ao programa do PS que gostaria que o senhor presidente lhe respondesse. Na descarbonização e promoção de economia circular, diz elaborar e implementar programas com a reflexão do concelho de Azambuja extensível a todas as freguesias com cerca de cinquenta mil árvores e várias espécies de autóctones. Questionou quantas dessas árvores já foram plantadas e o local em que foram colocadas. Construir unidades de compostagem comunitária em todas as freguesias, e perguntou quando começam essas unidades em funcionamento. Mobilidade acessível verde e suave, articular com as operadoras de transportes públicos no sentido da melhoria dos serviços e de emissão de pegada carbónica, questionou o que foi feito nesse sentido e qual foi a aceitação por parte dos



operadores. Na parte de expandir a rede de carregamento de veículos elétricos em todas as freguesias, interrogou para quando será a instalação no Alto Concelho. Habitação, urbanismo, regeneração urbana, sensibilizar a população ao embelezamento das fachadas em todas as freguesias no sentido de tornar as vilas e aldeias mais aprazíveis e gostaria de saber o que é que foi feito. Efetuar o levantamento das habitações devolutas no núcleo urbano, sensibilizar e incentivar os proprietários a requalificar as suas habitações, apoiando nos acessos a fonte de financiamento e incentivos para esse fim, perguntou quantas habitações devolutas existem, quantos proprietários já foram contactados e apoiados ao acesso aos apoios. Dinamizar o projeto da loja social, interrogou o que já foi feito e se já se encontra em funcionamento. Perguntou se o portal da juventude do concelho de Azambuja já se encontra ativo e se já está em funcionamento a casa da juventude, com a instalação de um posto de atendimento aos jovens. No desenvolvimento económico e emprego, capacitar a zona industrial de Aveiras de Cima e Alcoentre com espaços que potenciem a implementação de novas indústrias e projetos inovadores, questionou o que já foi feito. Promover o apoio a pequenos agricultores através de incentivos, de forma a evitar o abandono dos terrenos agrícolas, perguntou quantos pequenos agricultores já foram apoiados. Questionou o que foi feito no sentido da relação com os munícipes e modernização administrativa, estimulação da participação ativa dos munícipes na vida da comunidade e da decisão autárquica de planos de incentivos ao município. Segurança e proteção civil, dotar as juntas de freguesia com kits de primeira intervenção e com formação dirigida aos seus trabalhadores, no âmbito de incêndios florestais, disse querer saber o que já se avançou nesse sentido. Mencionou ter encontrado no site da câmara uma ficha técnica que diz que é um plano estratégico, que foi elaborado um plano de ação em 2011 e um plano estratégico de Azambuja para 2025, onde se constata a construção de uma variante à nacional 3 entre o Carregado e Azambuja, incluindo o nó de inserção da A1, a variante de Vila Nova da Rainha, com um horizonte temporal 2013-2015 e questionou o ponto de situação em que se encontra. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Silvino Lúcio, em resposta ao senhor deputado Carlos Fonte, referiu que já plantaram cerca de cinco mil árvores, ao longo da ribeira de Aveiras e da Vala Real. Quanto ao carregamento de viaturas elétricas, disse estar previsto a implementação de um conjunto de postos de carregamento em Azambuja e Aveiras de Cima e depois no Alto Concelho. Os melhoramentos da fachada, informou que todos os anos lançam o procedimento da campanha da

Cal e aí convidam as pessoas a melhorarem os seus edifícios. Na habitação e urbanismo, relativamente à quantidade de pessoas que foram identificadas, essa contabilização está a ser feita. Disse não existir portal da juventude e a casa da juventude tem sido bastante utilizada. Relativamente à questão do que a câmara fez para capacitar a zona, informou que deram todo o apoio a quem procurou e foram adquiridos por um grupo económico cerca de duzentos e vinte hectares, onde pretendem fazer o Aveiras EcoValey. A construção da variante Azambuja-Carregado, teve um projeto que foi aprovado pelo IP, fazia parte das compensações do aeroporto da Ota, porém, ficou tudo no papel. -----

----- O Senhor Deputado Carlos Fonte do Grupo CHEGA, interrogou para quando está agendado o *Summit* sobre a economia do concelho e da região. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Silvino Lúcio expôs que têm feito um conjunto de ações e interações com as empresas, nomeadamente, os pequenos-almoços industriais com as indústrias do concelho, sobre um conjunto de temas. -----

----- Interveio o Senhor Deputado Carlos Fonte do Grupo CHEGA, dizendo que na mobilidade acessível verde e suave, em articular com as operadoras de transportes públicos no sentido da melhoria do serviço e diminuição da pegada carbónica, a sua pergunta tinha sido, o que foi feito nesse sentido e qual foi a aceitação por parte das operadoras. -----

----- Em resposta, o Senhor Presidente da Câmara Silvino Lúcio, referiu que o Roteiro da Neutralidade Carbónica é um programa que, apesar de ter sido retirado na última assembleia, irá voltar. É um plano para trinta anos, indica um conjunto de fatores, incluindo a sensibilização junto dos operadores para inovar em veículos elétricos e a gás natural. A dificuldade passa pelo preço das viaturas e o facto de os carros elétricos terem uma duração, em termos de percurso, na ordem dos quatrocentos quilómetros, pelo que estão à espera que haja uma intervenção do Estado, para darem umas contrapartidas para a aquisição das mesmas. -----

----- O Senhor Deputado Carlos Fonte do Grupo CHEGA, mencionou o estudo de viabilidade do novo esquema de acessibilidade ferroviária Oeste-Lisboa, conexão da linha Oeste e da linha de Azambuja, assim como o estudo da criação do ramal ferroviário dedicado ao respetivo nó ferroviário. Disse pensar que é por causa do transporte de mercadorias ferroviário. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Silvino Lúcio, informou que a PRIMAFRIO comprou os terrenos

da antiga OPEL, nomeadamente, aqueles onde havia o estacionamento dos carros e há lá um nó ferroviário que pretendem reativar, de forma a aproveitarem a ferrovia para transportar mercadorias para todo o país. -----

----- Interveio o Senhor Deputado Carlos Fonte do Grupo CHEGA, perguntando o que foi feito a nível de concursos para os espaços públicos, relativos à construção da variante em Aveiras de Cima e o projeto das acessibilidades de pessoas com mobilidade reduzida e suspensão de barreiras arquitetónicas, no seguimento do PRR e da mobilidade 360. -----

----- Interveio o Senhor Presidente da Câmara Silvino Lúcio, expondo que não houve candidaturas. Quanto à construção da variante em Aveiras de Cima, deverá estar contemplada no projeto do Aveiras EcoValey, ou uma estrada paralela para fazer a distribuição do trânsito. -----

----- A Senhora Vereadora Mara Oliveira, em resposta ao senhor deputado Carlos Fonte, informou que a loja social não está aberta ao público, mas está em funcionamento e dá resposta a todos os pedidos que chegam. -----

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Azambuja, André Salema do Grupo PS, informou que tinha três intervenções e uma proposta, mas primeiramente queria perguntar, porque é que o município tem o decréscimo do orçamento municipal na ordem dos 300 mil euros. Referiu achar que está na altura de arranjar outra solução, no que diz respeito à empresa que opera em Azambuja na recolha de resíduos urbanos, visto já se estar no limite daquilo que é o aceitável e requereu ao senhor presidente da câmara que resolvesse o problema, ou trocando de empresa ou lançando um concurso. Disse querer solidarizar-se com duas povoações da sua freguesia, os Casais de Baixo e os Casais de Britos, porque sente que essas duas localidades não têm a mesma qualidade de vida da vila de Azambuja. Aludiu para problemas dessas localidades, que são do conhecimento de todos, como por exemplo a falta de esgotos, sinais e alcatroamento e expôs ter certeza de que os serviços municipais conseguem dar solução em mais de 50% das situações. A nível da rede rodoviária, desafiou o senhor presidente da câmara para em 2023, fazer um planeamento da manutenção urgente da rede rodoviária municipal, assim que saiba que verbas não vão ser gastas na Escola Secundária de Azambuja. Relativamente aos contratos interadministrativos e dos acordos de execução, certamente foram aumentados com a verba combinada, porém, afirmou não entender o motivo para demorar tanto tempo a fazer aquilo que tinham combinado, ir ao pormenor dos

contratos de execução e dos contratos interadministrativos. Por último, disse que tinha sido ressuscitado, na assembleia, uma coisa que há uns anos o senhor presidente da câmara Joaquim Ramos fez, que foi o plano Mateus. Um plano que traz uma série de planos de ação, uma estratégia, mas visto ter sido feito há uns anos, não se consegue praticar por necessitar de ser readaptado, contudo, mostrou o seu contentamento em o mesmo não estar esquecido. Nesse sentido, informou que a junta de freguesia de Vila Nova da Rainha e a junta de freguesia de Azambuja se uniram, para estudar uma solução para a estrada nacional 3. Sendo os problemas comuns entre as juntas de freguesia, como o tempo que se perde entre A1 e o centro da vila de Azambuja, prepararam a proposta da mobilidade para o parque logístico. Foi distribuído por todos os senhores deputados e executivo uma cópia do documento da proposta, e, não sendo um documento fechado, foi pedido a todas as forças políticas que lessem o mesmo e contribuíssem e ao executivo camarário que olhasse para o mesmo com profundidade, de forma que se possa seguir um plano de ação para resolver o problema da estrada nacional 3. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Silvino Lúcio, em relação à empresa responsável pela recolha dos resíduos urbanos, disse já ter chamado à atenção a mesma e que irá ser lançado um concurso novo. Quanto à falta de qualidade nas povoações dos Casais de Baixo e Casais de Britos, quer a nível do saneamento quer ao nível da requalificação urbana, com o programa 2030 esperam conseguir ir a alguns casais que existem no concelho. Para a rede viária, têm um conjunto de situações devidamente identificadas e pensam que a escola vai ser financiada a 100% pela administração central, como tal, poderá existir verbas para utilizar nas mesmas. Os contratos interadministrativos e os acordos de execução, informou que estão a ultimar o plano de atividades e orçamento e depois entrarão na fase de reuniões com as juntas de freguesia para poderem ter esse processo concluído. Relativamente à proposta entregue, afirmou que irá olhar para ela de uma forma muito transversal e depois dará nota do compromisso ou não. -----

----- Interveio a Dr.^a Irene Lameiro, informando que relativamente ao corte sofrido nas transferências do orçamento geral de estado, não conseguem avançar com nenhuma explicação. Quando fizeram as previsões iniciais, como não sabiam o valor que iriam receber, avançaram com o valor do ano anterior, porém, quando foi aprovado o orçamento geral de estado para o corrente ano, depararam-se com esse corte. Mencionou que deveriam ter alguma correção proveniente da transferência de



competências na educação ou ação social, mas ainda não ocorreu esse reequilíbrio financeiro. -----

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova da Rainha, Bruno Borda de Água do Grupo PSD, interveio para informar todos que a junta de freguesia de Vila Nova da Rainha irá ser parceira com a junta de freguesia de Azambuja no projeto de proposta de mobilidade do parque logístico e empresarial de Vila Nova da Rainha e Azambuja, visto terem esse problema em comum, que é a estrada nacional 3. Requereu ao executivo da câmara municipal de Azambuja um esforço acrescido a fim de poder resolver o problema. -----

----- Interveio o Senhor Deputado Nelson Rodrigues do Grupo PSD, começando por dizer que lamentava que tivessem cortado a palavra ao senhor presidente, porque o tema da assembleia é o estado do município e gostava de ouvir nas palavras do executivo aquilo que é o estado do município. Fez uma comparação do governo com o executivo do município de Azambuja, que é o facto de terem a maioria, porém não terem planos para o futuro. Mencionou que o senhor presidente disse, que no Alto Concelho está tudo bem e vai haver instalação de novas empresas no parque de Aveiras, no entanto, não concorda que esteja tudo bem e não acha que a instalação de empresas por si só vá resolver o problema. Relativamente à questão do emprego, já teria sido levantado pela bancada do BE e da CDU que o concelho de Azambuja tem um emprego pouco qualificado e na altura da campanha eleitoral, uma das bandeiras que o PSD se debateu, foi trazer para o concelho empresas qualificadas e o PS disse não ser preciso. Questionou o que a câmara vai fazer para combater o facto de a curto prazo, o Hospital de Vila Franca de Xira, ir encerrar urgências e serviços. Por último, disse que gostava de ouvir sobre o estado do concelho, visto o tema da reunião ser o estado do município, e o que gostaria de ouvir, mais do que responder a perguntas, eram planos delineados para os anos de mandato. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Silvino Lúcio, afirmou que o PS escreveu um programa de ação e que ainda estão no primeiro ano, depois no fim do mandato é que os senhores munícipes farão uma análise do que foi feito pelo executivo do PS. Figuram-se dias muito complicados e a iluminação pública vai aumentar quatro vezes mais do que aquilo que pagam atualmente, sendo que irão ficar limitados para tudo que seja plano de ação de atividades municipais, visto que têm de inscrever em orçamento. Relativamente à questão do Hospital de Vila Franca de Xira, disse que iria ver, pois ainda não tinha ouvido ninguém. -----

----- Interveio o Senhor Deputado António Pito do Grupo BE, dizendo que gostaria de fazer uma proposta, em nome do BE, que era se o senhor presidente da câmara poderia pedir aos serviços, para fazer uma auscultação do número de habitantes das Virtudes, que utiliza o comboio como meio de transporte, de modo a que a câmara municipal pudesse, de alguma forma, subsidiar esses utentes. As pessoas que moram nas Virtudes são habitantes do concelho e estão a ser prejudicadas devido ao pagamento do excesso do passe, comparativamente a quem mora em Azambuja. Referiu que o mesmo se insere dentro de uma política de mobilidade com sustentabilidade ambiental, que o próprio governo tem feito e pensa que não será muito. De seguida disse que o senhor presidente, há uns tempos, informou que estaria previsto um parque de estacionamento com o quartel de bombeiros junto à zona Norte do concelho. Questionou se estava de alguma forma estudado a construção de um parque na zona Sul também. Com as obras feitas no centro, os lugares de estacionamento vão diminuir, e pensa que esses lugares de estacionamento deviam ser para as pessoas que se dirigem para fazer pequenas compras, com espaço de duração limitada. Por último disse que não sabe se a câmara está a pensar colocar alguma forma de pagamento ou uma forma de regular o trânsito, mas privilegiar que os utentes do comboio tivessem ali um espaço próprio, para que isso sirva de incentivo. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Silvino Lúcio, afirmou que já teria dito que não aceita que tenha de ser o município a subsidiar os passes das pessoas das Virtudes, sendo sua legítima vontade que seja o estado a assumir essa responsabilidade. Defendem-se que a zona de transvias é só até Azambuja, porém o que se tem de fazer é estender o passe Navegante. Relativamente aos parques de estacionamento, já há um a Norte e outro a Sul. Foram espaços adquiridos pelo parque Expo para quando houve a Expo98, as pessoas irem de comboio e agora vão ser objeto de uma intervenção. O parque Norte vai ser objeto de uma intervenção de melhoria do piso e das condições de segurança e estão a pensar fazer uma ligação direta, do parque de estacionamento à estação, para que as pessoas não tenham de ir pela berma da estrada. -----

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Aveiras de Cima, António Torrão do Grupo CDU, mencionou que apenas queria fazer um pedido à câmara municipal. Requereu ajuda para construir o cemitério de Aveiras de Cima e expôs que é uma situação muito grave e importante. Solicitou que todas as bancadas ajudassem Aveiras e a deixassem crescer, visto nos últimos trinta anos, não a

terem deixado crescer. Afirmou que nenhuma freguesia caminha sozinha, tendo todas de caminhar em conjunto e que têm de ter capacidade de desenvolver e fixar pessoas no concelho. Não está tudo mal no concelho, mas também não está tudo bem, existindo ainda várias ribeiras a correr esgotos a céu aberto. Na freguesia de Aveiras de Cima existem três ribeiras com esgotos a céu aberto, a Ribeira da Milhariça, a Ribeira da Fonte e a Ribeira do Caju e sendo o concelho tão apologista do ambiente, é importante começar a recuperar também as ribeiras e dar qualidade de vida às pessoas. -----

----- Interveio o Senhor Deputado Tiago Santos do Grupo PSD, dizendo que começaram o debate por resumir o cenário económico nacional, porém, a nível municipal pouco foi dito, devido ao tempo pouco. Ouviram o que foi feito no último ano de mandato, mas pensa que o debate deveria ser acerca das questões que mais preocupam a população, mesmo que seja relativo a mais tempo do que o ano que o executivo está em exercício. Referiu que era uma pena que o debate se tivesse transformado numa sessão de perguntas e respostas e pouco do estado do município se tenha tratado. -----

----- Interveio o Senhor Deputado José Navarro do Grupo PSD, afirmando que durante o ano se cumpriu a tradição, o executivo socialista foi igual a si mesmo. A senhora deputada Cláudia Gomes disse, na sua intervenção, que é uma utopia que o PDM (Plano Diretor Municipal) resolva problemas de planeamento, devendo ser aquilo do tentar fazer as coisas dos casos em concreto e não com um planeamento. Cumpriu-se também a tradição, porque todas as perguntas foram respondidas com invasivas. Na verdade, o executivo socialista só tem um objetivo político, que é perpetuar no poder, não estando a câmara de Azambuja ao serviço dos cidadãos e sim ao serviço dela própria e de carreiras políticas, que se confundem com carreiras administrativas numa total e objetiva promiscuidade. O PS tem sido o principal fator da descrença dos cidadãos na política e com isso, tem sido o principal promotor de partidos meramente oportunistas e demagógicos, que desqualificam a democracia ao pregar a ideia de que a democracia é o que o PS faz. Expôs que irão continuar a ser oposição enquanto houver total falta de visão. Referiu que vem aí uma crise energética e que a única coisa que o senhor presidente disse, foi que se calhar o preço da eletricidade pública vai aumentar, porém, se calhar vai acabar a eletricidade, a energia, vai ter de haver *blackout's* e perguntou se se está a pensar em alguma coisa. Todos os problemas da saúde podiam ter sido e podem ser resolvidos, não é com invasivas, não é como iremos fazer, pois assim oscila sempre entre a inércia do deixa andar e demonstra uma absoluta carência de proatividade. Afirmou que foi o primeiro ano de quatro e foi



o último ano para aí de vinte ou trinta anos. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal Silvino Lúcio, deixou duas notas muito breves, referentes à intervenção do senhor deputado José Navarro. Referiu que o mesmo esteve quatro anos nas bancadas do PS e bebia dessa fonte, agora bebe de outra, portanto, está crítico em relação à atitude que o PS está a tomar. Disse que o planeamento e a falta de planeamento que anda a vender aos sete ventos, está a ser tratado e o PDM (Plano Diretor Municipal) está a ser revisto. Quanto à questão da falta de energia, disse que o senhor deputado era um visionário e sabe tudo. -----

----- Interveio a Senhora Deputada Marta Diniz do Grupo CDU, referindo que a ecologia ou defesa do ambiente sem consciência de classe é jardinagem. O município tem questões centrais que tem de resolver prioritariamente em relação à questão ambiental, que é fundamentalmente bastante importante, no entanto, não se podem preocupar à partida primeiro com as questões ambientais, sem se preocuparem com os trabalhadores e povo de Azambuja. Salientou que a CDU se preocupa com os trabalhadores e tem uma linha política bastante definida e por essa razão, irá opor-se quando achar necessário. -----

----- A Senhora Presidente da Assembleia Municipal Vera Braz, informou que teria dado entrada na mesa um pedido de prolongamento da sessão por mais uma hora, por parte do grupo municipal do partido socialista e que iria colocar o mesmo à votação. -----

----- Foi o mesmo colocado à votação, obtendo o seguinte resultado: -----

----- Contra: 9 (3 CDU, 2 PSD, 2 CH, 1 PS e 1 BE) | Favor: 16 (10 PS e 6 PSD) -----

----- Aprovado por maioria. -----

----- O Senhor Deputado David Mendes do Grupo CDU, não participou na votação. -----

----- O Senhor Deputado António Pito do Grupo BE, apresentou declaração de voto, que se transcreve: -----

” Dizer apenas que votei contra porque o senhor presidente no tempo que teve reservado não pretendeu responder às questões, nós, penso que todos os que estamos aqui, já abordámos as questões que as pessoas estão interessadas em ouvir e devido ao adiantado da hora, não entendo a prolongação deste tempo, até porque se está a entrar aqui já quase num diálogo e penso que não é nada fortuito para os nossos concidadãos de Azambuja. “ -----



VI – APROVAÇÃO DA MINUTA -----

----- Aprovada por unanimidade. -----

VII – ENCERRAMENTO -----

----- Eram onze horas e cinquenta e cinco minutos, quando a Senhora Presidente da Mesa deu por encerrada a reunião. -----

----- Os trabalhos da Assembleia Municipal foram transmitidos através do Youtube no canal da Assembleia Municipal e poderão ser visionados através do link: -----

----- https://youtu.be/M_RaM7mUdjE -----

----- Para constar se lavrou a presente ata, a qual depois de distribuída por todos os membros, foi assinada pela Mesa. -----

A Presidente da Assembleia Municipal de Azambuja,

Vera Lúcia Raimundo Braz dos Santos

Primeiro Secretário,

Rodrigo Paulo Ferreira da Conceição

Segunda Secretária,

Maria Fernanda Simões Ferreira Fernandes Fidalgo